

Sumário

.....

Notas do Autor.....	vii
Apresentação da 1ª Edição em 2001	ix
1. Em que consiste o julgamento antecipado de um processo? .	1
2. Da jurisdição penal e extrapenal.....	15
3. É possível o julgamento antecipado da ação penal se a Constituição Federal de 1988 assegura ao réu um processo legal que tenha início, meio e fim?	27
4. O tema, aparentemente novo, já foi enfrentado desde o final da década de 80	35
5. Existe lide no processo civil? E no penal?	39
6. Fundamento de validade do julgamento antecipado da ação penal: analogia ao “caput” do art. 330 do CPC, notadamente o art. 3º do CPP e ainda art. 6º da Lei 8.038, art. 1º da Lei 8.658/93 e art. 516 do CPP	55
7. Casos concretos em que o julgamento penal pode ocorrer antes mesmo do final do processo judicial e por isso considerados antecipados, sem que ocorra violação ao devido processo legal. Novas leis a permiti-los: nºs 11.313/06, 11.689/2008 e 11.719/08.....	59
8. O mais novo instrumento de defesa: prescrição antecipada ou em perspectiva ou, ainda, projetada ou virtual. Polêmica existente na Doutrina e na Jurisprudência.....	155

9. É evidente a possibilidade de julgamento antecipado da ação penal, mesmo fora das hipóteses previstas em lei, pe- las seguintes razões	179
10. Se o réu tem direito a um rápido processo, a demora im- plica verdadeira perda de sua liberdade, semelhante à pri- são, podendo resultar em indenização.....	183
11. Casos concretos apreciados no exercício da magistratura federal	187
12. Matéria de “lege ferenda”	207
13. Conclusão	209
Bibliografia	213